

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA - PROFEI

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome da candidata: Marcia Mariléia Moraes Ortiz

Temática de investigação: A prática docente a partir do trabalho com Literatura numa escola pública catarinense, sob a ótica da educação inclusiva.

Título do projeto: A práxis pedagógica na literatura – Educação inclusiva a partir da formação do professor/a leitor/a numa unidade escolar de educação básica da rede estadual no município de Lages/SC.

Linha da pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

1. RESUMO

O projeto aqui apresentado prima por indagar acerca da práxis pedagógica no que se refere à literatura enquanto instrumento de inclusão por parte dos docentes de uma escola pública estadual catarinense no município de Lages/SC, com vistas a propor discussões, reflexões e romper paradigmas acerca da formação docente – inicial e continuada e a necessidade de inclusão dos/das estudantes nos espaços além da sala de aula e/ou do âmbito escolar. Objetiva-se para tal a pesquisa exploratória/descritiva, por meio de pesquisa de campo, com análise qualitativa.

Palavras-chave: práxis pedagógica; formação docente; educação inclusiva.

2. INTRODUÇÃO

c) introdução (contendo justificativa, apresentação do tema e do problema; relevância da pesquisa);

A referida pesquisa respalda-se na necessidade de identificar e compreender as fragilidades e lacunas presentes na educação inclusiva, bem como investigar de forma mais efetiva, a formação continuada do corpo docente no que tange a inclusão numa perspectiva pautada na literatura.

A proposta de pesquisa alinha-se com a linha de pesquisa III: Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva, tendo como

premissa a formação inicial e continuada do/a professor/a com vistas à educação inclusiva relacionada à literatura; seu papel enquanto mediador/a e promotor/a de inclusão também nos aspectos socioculturais, étnicos, psicossociais; cenários teórico-metodológicos relativos à docência e à diversidade social pautados na práxis docente de literatura a fim de promover novos olhares e posturas diante da educação inclusiva na formação do/a professor/a, na busca de melhorar positivamente a realidade dos/as estudantes.

A partir deste cenário, torna-se imprescindível inteirar-se acerca da práxis docente na literatura, no que diz respeito à educação inclusiva na referida instituição de ensino objeto desta investigação. Como acontece o acolhimento (docente e discente) no cenário da educação inclusiva? As estratégias de ensino/aprendizagem contemplam a educação inclusiva de que maneira? Quais recursos didáticos são utilizados, e de que forma (individual ou coletivamente)? A literatura se constitui em aliada no processo de ampliação e efetivação da educação inclusiva? Qual o lugar que o professor/a dá à práxis pedagógica de literatura em sua formação continuada e no exercício de sua função? Como acontece o trabalho com a literatura na sala de aula diante da diversidade discente? Em que se pauta o processo de interação entre professor/a e estudantes? A partir do trabalho com a literatura quais avanços ocorrem na aprendizagem?

As escolas são instituições que podem ser descritas como um “recorte do plano social”. Nela encontram-se de maneira implícita ou explícita os valores que a sociedade determina, os padrões éticos aceitos ou não, suas crenças, seus preconceitos. Aqui, apresenta-se o trabalho com a literatura, também como fonte de inclusão em todas as suas nuances.

fundamentação teórica (evidenciando domínio da bibliografia fundamental sobre o tema);

O lugar da inclusão precisa ser repensado na escola, ser revisto, revisitado, contextualizado e de forma coletiva para que se perceba a inclusão como uma proposta que permita tirar da invisibilidade as pessoas fundamentais do processo de ensino/aprendizagem: professor/a e estudante.

Se é possível perceber a escola enquanto um recorte social, é também através do que nela acontece que se pode mudar esse viés de exclusão e preconceito à diversidade.

A este respeito, Stainback (1999, p. 29).

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo.

Ser diferente não se constitui em algo que deva ser determinado como ruim, pecaminoso ou maldição como historicamente veio sendo perpetuado. Sabe-se que diferentes civilizações trataram questões relativas à deficiência também de formas diversas. De acordo com Lima (2006, p. 17):

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.

Enquanto gregos cultuavam o corpo também por motivos bélicos, os egípcios buscavam integrar socialmente pessoas com alguma deficiência. Durante a Idade Média e a Idade Moderna, períodos em que o poder da Igreja se fez muito evidente, segundo o Cristianismo, trazendo a ideia de que há uma alma naquele corpo “deficiente”, não inibiu a exclusão social dessas pessoas que continuaram sendo escondidas, trancafiadas, isoladas e deixadas à própria sorte em nome da sua “inutilidade”.

Após a Segunda Guerra, além dos nascidos com algum tipo de deficiência, havia também os inúmeros mutilados pelas batalhas. Era preciso reconstruir o que a força bélica resumiu ao pó. Neste cenário a mão de obra precisou ser repensada e assim, reintegrar os sobreviventes do caos era necessário. De forma muito lenta os olhares e interesses para a inclusão foram se alterando.

Infelizmente, ainda no século XXI as lacunas deixadas ao longo do tempo, custarão a serem preenchidas. As leis, portarias, resoluções, decretos brasileiros embora apontem caminhos, não asseguram inclusão efetiva, tampouco equidade e qualidade nesse processo.

Na Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, lê-se:

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas [...]

Diante disso, torna-se importante reportar-se ao fato de que muitos/as dos/as professores/as não correspondem ao que a resolução supracitada traz. Aliado a esse dado, a formação continuada por vezes insuficiente, não atende às demandas docentes, o que fomenta o desânimo e a sensação de impotência.

Os/As estudantes aprendem de maneiras diversas, possuem experiências individuais e coletivas, vêm de famílias diferentes, vivem num mundo globalizado. Como pode ser o currículo algo finito ou estático, único para todos?

De acordo com Lima (2006, p.17) “Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade”.

Trazer para o corpo docente o desafio de redescobrir-se no trabalho através da literatura, de maneira onnilética, primando também pelo ensino colaborativo é oferecer-lhe novas perspectivas no que se refere aqui, particularmente à inclusão.

Para Lewes (1817-1878) “A literatura é ao mesmo tempo a causa e o efeito do progresso social. Aprofunda nossas sensibilidades naturais e se fortalece exercitando nossas capacidades intelectuais.”

Quanto se pode aprender e ensinar no momento de ler, contar, ouvir uma história? Não se pode mensurar, visto que a cada história o/a leitor/a ou ouvinte, fará suas próprias conexões, buscará suas próprias referências, se reconhecerá ou não, sentir-se-á ou não estimulado/a, envolvido/a, confiante. O que vale na literatura é a possibilidade de aprender, de ampliar o olhar e o falar, dar vez à própria voz, torna-se protagonista.

A literatura aliada à formação continuada do/a professor/a abrirá portas e janelas para a inclusão, já que trata a diversidade em todas as épocas e possibilita a reflexão. Contudo, ela sozinha não basta. Há de o/a professor/a encantar-se por ela para que através dela a inclusão aconteça.

Diante da realidade, em mais do que oportunizar à pessoa com deficiência a vaga no ensino regular, é urgente dar-lhes visibilidade, identidade e possibilidades de verdadeira inclusão.

A literatura se constitui em um momento rico dessas possibilidades. Quando o/a professor/a lê ou conta uma história, recita um poema, está a estimular a imaginação e a criatividade, a propor um misto de emoções. Oportunizar momentos de prazer a partir da literatura aproxima as pessoas e, em se tratando do espaço escolar onde os/as estudantes convivem, se reconhecem e se constroem enquanto seres sociais, torna-se primordial para que a inclusão e o respeito à diversidade em todas as suas nuances se estabeleça.

Se a Constituição Federal de 1988 apresenta em seu Art. 205 que “A educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”, ainda no Art. 206, inciso I, que estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9394/96, no seu Art. 3º que trata acerca de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e inciso XIII, “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” em seu inciso I, reforça-se que é inadiável que mudanças ocorram e isto tem relação direta com inclusão de todos e todas. Aqui, em especial a práxis pedagógica de literatura se constitui em fonte inesgotável de recursos.

Reportar-se à própria caminhada, revisar comportamentos e crenças, pode trazer desconforto, mas também inquietude. E esta última é que provocará uma reflexão mais aprofundada no papel do/a professor/a no que diz respeito à inclusão.

Mantoan (2003, p.12), afirma,

Sendo ou não uma mudança radical, toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar a mudança.

Diante deste cenário em que a lei assegura, mas não efetiva as ações, a educação brasileira que se concretiza nos ambientes escolares precisa posicionar-se a respeito de uma verdadeira inclusão. Este posicionamento necessita de formação contínua, colaborativa, responsável e disposta a quebrar paradigmas para avançar.

Neste ponto a temática sob a ótica do trabalho com literatura, a busca do que permeia o cotidiano escolar e a prática docente tornam-se imprescindíveis para que a inclusão capaz de mudar “recortes sociais” se efetive, dando aos/as professores/as e estudantes uma sociedade mais inclusiva, igualitária e com justiça social.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Investigar como ocorre a práxis pedagógica dos/as professores/as em literatura com vistas à educação inclusiva em uma unidade escolar da rede pública estadual no município de Lages/SC, a fim de oportunizar a reflexão e o rompimento de paradigmas.

3.2 Objetivos Específicos

- Verificar e analisar quais práticas pedagógicas em literatura são utilizadas pelos/as professores/as na perspectiva de uma educação inclusiva.
- Identificar de que forma os/as professores/as compreendem a literatura enquanto aliada para uma educação inclusiva.
- Identificar as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar para a efetivação da educação inclusiva.
- Conhecer as ações voltadas para a diversidade dentro de uma proposta inclusiva, desenvolvidas na Unidade Escolar.
- Produzir de maneira colaborativa portfólio impresso e digital de atividades realizadas com os/as estudantes contemplando diferentes práticas pedagógicas voltadas à diversidade.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Breve reflexão sobre exclusão e inclusão

A educação é vista por muitos/as como culpada das mazelas sociais e por outros/as como “a salvadora da pátria”. É preciso compreender que ambas as abordagens têm suas verdades e não podem assim, serem crucificadas ou desconsideradas na sua totalidade.

Se a escola constitui-se mesmo em um recorte social, é preciso que se perceba que na mesma instituição há avanços e retrocessos. Seria utopia crer que a escola resolverá todas as adversidades sociais, visto que há outros interferentes a se

considerar. Diante disso, há de se buscar historicamente causas da exclusão para que se entenda a necessidade da inclusão tão urgente no século XXI.

No Brasil a exclusão remonta ao período colonial, herança de uma colonização escravista que se perpetuou no papel até 13 de maio de 1888, quando a então Princesa Isabel, sob pressões políticas, assina a Lei Áurea. Pode-se dizer também que a exclusão chegou às terras tupiniquins nas caravelas, quando aqui aportaram “senhores” gentilmente banidos de terras portuguesas. Tanto um dado quanto outro remetem a um ponto comum: a exclusão faz parte da história brasileira e os registros gráficos, legais não asseguram o seu fim.

Aqui se apresenta de forma muito breve o início da exclusão no Brasil. Esta exclusão de certa forma se perpetuou, ora com a escravização da população nativa, ora com a vinda dos africanos, imigrantes de toda parte do mundo e se estende até hoje tendo como alvo, crenças, etnias, deficiências físicas, intelectuais, a diversidade de maneira geral.

Diante da exclusão é preciso mudar realidades, visto que ninguém deseja ser uma estatística, um gráfico no mapa dos marginalizados. Assim, a escola no papel de seus/suas professores/as necessita reavaliar sua práxis e dar à educação inclusiva um novo norte.

Incluir requer mudanças de postura e entre os movimentos mais significativos relativos à inclusão, pode-se citar a Declaração de Salamanca, ocorrida entre 07 e 10 de junho de 1994, onde foi reiterado o compromisso de uma “Educação para Todos”.

Professores/as precisam refletir acerca de sua postura diante de uma educação ainda segregacionista. É preciso reconhecer os/as estudantes em suas diversidades, lembrando-se sempre de que estão em processo de constante transformação.

Freire (2002, p. 58), reitera:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade (FREIRE, 2002, p. 58).

Escola inclusiva é aquela em que todos de maneira colaborativa reconhecem seus pares e neles se reconhecem como promotores da inclusão, do respeito a fim da inserção de todos que carecem de uma educação especial e não segregatória das

peessoas. Não se trata de “adaptação” e sim de mudar de forma positiva as possibilidades das pessoas.

4.2 Alguns aspectos da Legislação Nacional para a Educação Inclusiva

Sabe-se que a exclusão brasileira é histórica, porém há de fazer jus ao que também, historicamente se fez para ofertar uma outra possibilidade a esse cenário. Tratando-se de inclusão, pode-se acompanhar algumas ações que, de certa forma, ao longo da história trouxeram um viés para a possível inclusão.

O Instituto dos Meninos Cegos nasceu do projeto de José Álvares de Azevedo, jovem que nasceu cego, estudou em Paris, graças ao fato de pertencer a uma família abastada. Objetivava-se oferecer ensino básico e profissionalizante.

A segunda metade do século XIX no Brasil é marcada por uma expansão da escolarização e da profissionalização e é nesse período que outras instituições são criadas: Colégio Nacional para Surdos-Mudos, o Asilo dos Meninos Desvalidos e o Instituto de Menores Artesãos. Assim outras ações aconteceram ao longo dos anos como a criação de instituições especializadas no atendimento às pessoas com deficiências mentais. Cita-se aqui o Instituto Pestalozzi (1926) e APAE (1954), como exemplos.

A Lei nº 4.024/61, preserva o direito dos chamados à época de “excepcionais”, à educação, de maneira preferencial no sistema geral de ensino. Esta lei sofre alteração por outra: a Lei nº 5.692/71, que institui “tratamento especial” para alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”. Dois anos mais tarde, o Ministério da Educação cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP (1973), que gerenciará a educação especial no Brasil. Importante ressaltar que, embora existam aqui ações voltadas ao público da educação inclusiva, estas ainda se apresentam de maneira assistencialista e não inclusiva verdadeiramente.

Entre os documentos e leis que existem a esse respeito, pode-se fazer referência à Constituição Federal (1988), à Declaração de Salamanca (1994), já citada, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, datada de 1996. Três anos depois, a educação especial, enquanto uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Por sua vez, a formação docente necessita de um novo olhar e a Resolução nº 1/2002 do CNE, estabelece no:

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para: I - o ensino visando à aprendizagem do aluno; II - o acolhimento e o trato da diversidade; [...]

Na busca de garantir que as pessoas com algum tipo de deficiência tenham o direito ao acesso à educação, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reafirma o compromisso que os Estados Partes têm de promover e assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, a fim de garantir às pessoas com deficiência tenham, de fato e de direito, acesso a uma educação inclusiva, gratuita, e promotora de igualdade de condições para seu pleno desenvolvimento. Importante ressaltar que o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, evidencia que “o grande avanço que a educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. A igualdade na educação perpassa muitos momentos, entre eles o de reflexões, debates, estudos, determinações diárias, leis. A conquista vai além do que se tem enquanto documento. A educação inclusiva requer atenção, igualdade de oportunidades, respeito ao ser humano, sujeito histórico e rico na sua diversidade. Por conseguinte a escola deve ser o lugar da emancipação, do respeito à diversidade, onde o aprender e o ensinar partam da premissa colaborativa, propondo a universalização do saber e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando se fala em pesquisa na educação percebe-se uma certa resistência acerca do seu valor. Torna-se importante ressaltar que é a partir também de pesquisas, que os saberes se difundem e mudam realidades em todos os âmbitos e, na educação não seria diferente.

Chizzotti (1998, p. 83) concebe que a pesquisa qualitativa permite “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. A pesquisa pautada em evidências científicas requer, sim, a coleta de dados palpáveis e, no que diz respeito às pesquisas em que o objeto de estudo é o ser humano e suas relações, eles se configuram como elementos imprescindíveis; sem dados a pesquisa se torna inválida.

Para este estudo lança-se mão da pesquisa qualitativa visto que se objetiva, qualificar dados obtidos através da relação entre o mundo e os/as sujeitos/as envolvidos/as, de natureza aplicada.

Quanto aos objetivos, os mesmos serão de ordem exploratória e descritiva estando intimamente ligado aos procedimentos para coleta de dados, neste caso pretendendo se utilizar da pesquisa de campo. Desta feita, Engel e Silveira (2009, p.37), justificam que “a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”. Os métodos para coleta de dados pretendidos são: questionário e observação.

Quanto ao estudo dos dados, vislumbra-se a análise temática, justificando sua aplicação através da flexibilização, pois para Braun e Clarke (2006, p.3) “através da sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo de dados”.

6. PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL

Realizada a pesquisa acerca da prática docente a partir do trabalho com Literatura na educação inclusiva chega o momento de produzir de maneira colaborativa portfólio impresso e digital de atividades realizadas com os/as estudantes contemplando diferentes práticas pedagógicas voltadas à diversidade.

7.CRONOGRAMA

Ação	Período
Creditação teórica	setembro/2022 a novembro/2023
Desenvolvimento da pesquisa de campo	novembro/2023 a abril/2024
Estudo dos Resultados	abril/2024 a maio/2024
Escrita da Dissertação	junho/2024 a setembro/2024
Produção do Portfólio impresso e digital	agosto/2023 a setembro de 2024

8.REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. BRASIL. MEC - Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: Livro I, MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Decreto Nº 3.956. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

_____. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Lei nº 4024/1961. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 25.ago.2020.

_____. Lei nº 5692/1971. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: 25.ago.2020.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2002.

_____. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em 25.ago.2020.

_____. Lei nº 13.005. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: Casa Civil, 2014c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 25.ago.2014.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology**. Qualitative Research in Psychology, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.

CARVALHO, Rosita Elder. *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 176. Acesso em 08.março.2022

CHIZZOTTI, A. A pesquisa educacional e o movimento pesquisas científicas baseadas em evidências. **Práxis Educativa**, v. 10, p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7157/4545>. Acesso em 23.ago.2020.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COLL, C; MARCHESI, A; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ENGEL, T. G; SILVEIRA, D.T - org. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil - UAB - UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2001.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Assembléia Legislativa/IOESC, 1989.

_____. **Resolução nº 01/96**. Fixa normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino de Santa Catarina. Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina], Florianópolis, p.06, de 06.03.1996.

_____. **Lei Complementar nº 170/98**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina], Florianópolis, [s.p], de 1998

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Acesso em 07.março.2022